

## Movimento para o Aprofundamento da Democracia

### Comunicado à Imprensa

1. A degradação da situação económica e social portuguesa tem conduzido a que estratos significativos da população sofram, já, carências que ultrapassam o limiar de uma subsistência digna.

O desemprego, os salários em atraso ou não pagos e o refluxo das esperanças populares de uma imediata melhoria económica preenchem um quadro de perturbação social. Ser jovem, reformado, integrar a grande legião de desempregados, ou sequer ser pequeno empresário, significa poder esvair-se numa permanente insegurança, e até miséria, face à ausência de soluções globais e credíveis do poder político.

O descrédito do sistema democrático tem-se vindo a instalar com a acção de um governo que se mostra incapaz de resolver os grandes problemas económicos e sociais e cuja prática resvala na constante duplicidade: por um lado adoptando medidas económicas e restritivas invocando razões de fundo, sem a contraparte, a tempo, de soluções de relançamento económico estrutural; por outro, desfraldando as dificuldades de vida do povo como que a querer expiar culpas, que não assume e de que é em grande medida, responsável; por outro lado ainda, empolando um pretensão rigor de gestão que não tem e, que se esboroa no lastro de corrupção que percorre a vida pública e se autosustenta em circuitos de tolerância e cumplicidade.

2. O actual Governo - e o bloco político-partidário que o sustenta - não se afirma na condução de uma estratégia político nacional que a generalidade dos portugueses identifique e assuma como exigência de solidariedade colectiva. O actual poder político evidencia-se, antes, como um centro de disputas de interesses sociais e de grupo, e de jogos de influência e de poder pessoal, e não claramente na sua dimensão de Governo de Estado. Basta salientar a sua incapacidade como garante de uma comunicação social (do Estado) independente e plural; de uma Administração Pública, exigente e não clientelar, agindo estritamente nos terrenos da legalidade e da democracia; de uma acção Executiva onde o interesse dos cidadãos, e nacional, se sobreponha aos interesses partidários ou a alinhamentos externos de duvidosa independência nacional.

3. O colapso das condições essenciais de vida de grande parte dos portugueses, e até o agravamento das condições de segurança de pessoas e bens, está a gerar um sentimento colectivo de indiferença e rejeição perante o funcionamento do sistema político e seus agentes.



Porque sabemos que o Estado Democrático é, enquanto estrutura política, apenas um meio de realização de objectivos de justiça social interrogamo-nos, preocupadamente, sobre a sua consolidação face à ausência de realização daqueles objectivos e à incredibilidade política e ética de quem governa.

A democracia instaurada em Abril não trilha caminhos seguros de afirmação e parece enredar-se - em doentia referência ao pior republicanismo - num sistema estreito de pressões e de jogos cómico-trágicos de oralidade, que se abrem às manobras possíveis de um qualquer autoritarismo redentor.

A crise de representação política, e o crescente afastamento dos cidadãos da gestão pública, exigem acções empenhadas em que a democracia seja revalorizada como um movimento de emancipação individual e de participação colectiva. O surgimento de novos partidos, que configurem uma nova prática política e um novo projecto, contribuirá certamente para a reformulação do sistema partidário e para o alargamento da sua representatividade.

Mas o exercício democrático, que se não esgota na actividade partidária, só se pode realizar socialmente com a implicação expressa e activa de cada cidadão como sujeito de um projecto que se enriquece na acção colectiva e visa novas formas de solidariedade: local, regional e nacional.

Neste plano, O MAD dará o seu contributo empenhado para que as mutações políticas necessárias - e em que se destacam as eleições presidenciais de 1985 - constituam um decisivo espaço de mudança e de esperança para os portugueses. E esta esperança alicerça-se a partir da unidade e convergência entre todos os que defendem o Regime Constitucional contra as perversões anti-democráticas e, simultaneamente, se propõem um projecto eficaz e inventivo de desenvolvimento.

Porto, 2 de Dezembro de 1984

Pela CCN

Alberto Martins

